

X LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ACTA Nº 18

Aos oito dias do mês de Janeiro de dois mil e oito, pelas 15 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional (CAEIDR).

Presenças: Rui Vieira (PS), Afonso Candal (PS), Ceia da Silva (PS), David Martins (PS), Hortense Martins (PS), Jorge Seguro Sanches (PS), Lúcio Ferreira (PS), Miguel Ginestal (PS), Rita Miguel (PS), Ventura Leite (PS), António Almeida Henriques (PSD), Duarte Lima (PSD), Hugo Velosa (PSD), Melchior Moreira (PSD), Mendes Bota (PSD), Rosário Águas (PSD), Helder Amaral (CDS-PP), José Gonçalves (PEV), Jorge Almeida (PS), Nuno Antão (PS), Carlos Poço (PSD), José Soeiro (PCP).

Ausências por trabalhos parlamentares: Pedro Nuno Santos (PS), Agostinho Lopes (PCP).

Deputados Convidados: Miguel Almeida (PSD).

Havendo quórum para funcionamento e deliberação, nos termos do nº 5 do artigo 58º do Regimento da Assembleia, o Presidente da Comissão, Sr. Deputado Rui Vieira, iniciou os trabalhos, tendo sido aprovada a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação e votação da **Acta n.º 16 (3 de Janeiro)**.
2. **Requerimentos;**
3. Discussão dos **Projectos de Resolução do PSD:**
 - **197/X/2ª: Promoção dos aproveitamentos hidroeléctricos;**
 - **199/X/2ª: Promoção do aproveitamento energético da biomassa agrícola.**
4. Apreciação dos resultados e iniciativas futuras da **7ª Reunião Interparlamentar sobre Energias Renováveis**
5. **Outros assuntos:**
 - a) Expediente

No ponto 1 da Ordem de Trabalhos, referente à **Apreciação e votação da Acta n.º 16 (3 de Janeiro)**, o Sr. Deputado José Soeiro deu conta de duas correcções, devidamente anotadas pelos serviços. Não havendo mais intervenções dos Srs. Deputados, o Sr. Presidente colocou à votação a Acta nº 16, que foi aprovada por unanimidade, tendo-se registada a ausência do CDS-PP e do BE.

O ponto 2 da Ordem de Trabalhos, referente aos **Requerimentos**, foi adiado para momento posterior da reunião.

No ponto 3 da Ordem de Trabalhos, relativo à **Discussão dos Projectos de Resolução do PSD (197/X/2ª: Promoção dos aproveitamentos hidroeléctricos¹ e 199/X/2ª: Promoção do aproveitamento energético da biomassa agrícola²)**, o Sr. Deputado Miguel Almeida apresentou os Projectos de Resolução em conjunto, dado serem matérias conexas. Seguidamente, o Sr. Deputado Jorge Seguro usou da palavra para dar conta que o PS estaria disponível para melhorar a redacção

¹ <http://arexp1:7780/docpl-iniXtex/pjr197-X.doc>

² <http://arexp1:7780/docpl-iniXtex/pjr199-X.doc>

final dos Projectos de Resolução. O Sr. Deputado José Soeiro referiu a ideia de constituir um grupo para trabalhar e melhorar a redacção. Nesse sentido, dado o acordo com vista a ser formado um grupo de trabalho, o Sr. Presidente solicitou aos Coordenadores dos Grupos Parlamentares que indicassem representantes, tendo o PSD indicado o Sr. Deputado Carlos Poço, o PCP indicado o Sr. Deputado Agostinho Lopes, o PS indicado os Srs. Deputados Ventura Leite (coordenador) e Miguel Ginestal, o PEV indicado o Sr. Deputado José Gonçalves e o CDS-PP indicado o Sr. Deputado Helder Amaral. A Mesa ficou de contactar o BE para saber do seu representante no grupo de trabalho.

Retomou-se, seguidamente, o ponto 2 da Ordem de Trabalhos. O Sr. Deputado Helder Amaral apresentou, primeiramente, o Requerimento com vista à audição do Ministro da Economia e da Inovação sobre a performance da economia nacional e os dados publicados pelo *Eurostat*. O Sr. Deputado Afonso Candal considerou que as matérias referidas se enquadram no âmbito das questões a serem discutidas aquando da audição do Sr. Ministro prevista no n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

O requerimento do CDS-PP foi submetido à votação, tendo sido rejeitado com os votos contra do PS e os votos a favor do PSD, CDS-PP, PCP e PEV, registando-se a ausência do BE.

De seguida, o Sr. Deputado Helder Amaral apresentou o segundo Requerimento do CDS-PP, para Audição do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor e do Inspector-Geral da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica. O Sr. Deputado Mendes Bota deu o máximo apoio ao Requerimento, considerando existir uma interpretação excessiva da Lei, com afirmações inoportunas por parte dos dirigentes da ASAE. Solicitou que o PS tivesse em consideração o sentimento existente na opinião pública sobre esta matéria. O Sr. Deputado Afonso Candal deu conta que o PS tem presente o interesse suscitado pela ASAE e sublinhou que esta entidade tem também como competências a fiscalização do cumprimento da legislação laboral. Finalmente, recordou que o Plano de Actividades da Comissão prevê ouvir a ASAE ainda no decorrer da 3ª Sessão Legislativa. O Sr. Deputado Helder Amaral deu conta do interesse do CDS-PP em discutir, serenamente, os resultados da acção deste organismo. O Sr. Deputado Hugo Velosa, por seu turno, recordando que a maioria dos requerimentos apresentados pelos Grupos Parlamentares da oposição é chumbada, propôs dividir o Requerimento em dois: remeter a audição da ASAE para o Plano de Actividades, votando, separadamente, o Requerimento com vista a ouvir em audição o Secretário de Estado do Comércio. O Sr. Deputado Afonso Candal recordou que diversos Requerimentos dos Grupos Parlamentares da oposição têm sido aprovados. Questionou, ainda, do interesse real do Plano de Actividades se, regularmente, forem deliberadas propostas de novas actividades e alterado o agendamento de outras já previstas. O Sr. Presidente deu conta que o Plano de Actividades não prevê, em concreto, a audição da ASAE (estando integrada numa conferência). Acrescentou que a apresentação de requerimentos é uma faculdade dos Grupos Parlamentares, no âmbito da sua acção política. O Sr. Deputado José Soeiro sublinhou o facto de a apresentação dos requerimentos ser uma faculdade dos Grupos Parlamentares, que deve ser respeitada, independentemente do disposto em sede do Plano de Actividades. Acrescentou que a apresentação de requerimentos decorre, igualmente, das prioridades políticas do momento, enquanto o Plano de Actividades obedece a um agendamento mais prolongado no tempo.

O Sr. Deputado Helder Amaral agradeceu a sugestão do PSD mas informou que o Requerimento se manteria inalterado. Concordou com o facto de o Plano de Actividades ser indicativo das actividades da Comissão.

O requerimento do CDS-PP foi, seguidamente, submetido à votação, tendo sido rejeitado com os votos contra do PS e os votos a favor do PSD, CDS-PP, PCP e PEV, registando-se a ausência do BE.

Na sequência da votação, o Sr. Presidente recordou a audição com o Sr. Ministro da Economia e da Inovação, a 12 de Fevereiro. O Sr. Deputado Afonso Candal efectuou uma declaração de voto oral reforçando que a audição da ASAE se encontra inscrita em sede de Plano de Actividades, bem como a audição de membros do Governo. Nesse sentido, considera que o voto do PS é contra pelo facto de haver a previsão de audição das entidades em sede de Plano de Actividades e decorrente das disposições regimentais. O Sr. Deputado José Soeiro efectuou, igualmente, uma declaração de voto oral solicitando que as audições de membros do Governo no âmbito do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento disponham de um agendamento próprio com vista a inserir todas as questões que têm sido levantadas em sede da CAEIDR.

O Sr. Presidente recordou que a vinda periódica dos membros do Governo permite que os Srs. Deputados coloquem todas as questões que considerem pertinentes.

No ponto 4 da Ordem de Trabalhos, relativo à **Apreciação dos resultados e iniciativas futuras da 7ª Reunião Interparlamentar sobre Energias Renováveis**, o Sr. Presidente afirmou o empenho de que haja uma iniciativa parlamentar na referida matéria. Recordou o carácter orientador do Plano de Actividades, que não esgota a capacidade de iniciativa da CAEIDR. O Sr. Deputado Afonso Candal concordou que o Plano de Actividades não encerra em si a dinâmica dos trabalhos da Comissão, considerando, porém, que confere uma linha orientadora aos trabalhos a serem desenvolvidos. Recordou, ainda, o papel da CEAQE e de iniciativas semelhantes que poderão estar pendentes nessa Comissão, pelo que deveria haver um acompanhamento de modo a não serem dinamizadas iniciativas paralelas. O Sr. Presidente deu conta que tem havido articulação com o Sr. Presidente da CEAQE, e que as iniciativas desencadeadas terão uma associação entre as Comissões. O Sr. Deputado José Soeiro usou da palavra para sublinhar que os diversos documentos em análise na CAEIDR deverão vir em Português. Igualmente, questionou se não haveria um conflito de competências entre as Comissões. O Sr. Presidente deu conta da informação a enviar ao PAR de que a CAEIDR acompanhará o desenvolvimento de iniciativas nesta matéria, nomeadamente as que forem desencadeadas pela CEAQE. Concordou, ainda, com a questão da língua, deliberando que os documentos agendados em pontos próprios deverão ser alvo de uma tradução prévia.

No ponto 5 da Ordem de Trabalhos, referente aos **Outros Assuntos**, foi analisado o expediente. Em primeiro lugar, foi analisado o ofício da Casa do Douro, solicitando um pedido de audiência. O Sr. Deputado Miguel Ginestal referiu que a audiência deveria ser concedida em sede do Plenário da Comissão ou da Subcomissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas. A Sra. Deputada Rosário Águas concordou em remeter o pedido de audiência à referida Subcomissão. O Sr. Deputado José Soeiro reafirmou a importância de ser agendada, com celeridade, a audiência. O Sr. Presidente recordou a importância da articulação dos trabalhos entre a Comissão e as Subcomissões, devendo haver um *report* dos trabalhos e das matérias relevantes, com vista à circulação da informação e discussão das principais matérias.

Finalmente, o Sr. Presidente deu conta de algumas informações:

- Agendamentos confirmados com o Dr. Nelson de Souza (Gestor do PO Temático Factores de Competitividade) e com o Dr. Basílio Horta (Presidente da AICEP).

- Quanto à deslocação da Comissão aos Açores, solicitou junto dos Coordenadores dos GP a elaboração de um *draft* de programa, de forma a poder oficial o PAR no sentido de ser solicitada a autorização para a deslocação. O Sr. Deputado Afonso Candal considerou que, recordando o conteúdo do Plano de Actividades sobre esta matéria, seria possível mandar a Mesa e os serviços

de apoio à Comissão para aferir quais as entidades a visitar de modo a cumprir o objectivo da visita. Considerou ser necessário ter reuniões com responsáveis governamentais, a Comissão Parlamentar homóloga na Assembleia Legislativa Regional, o Gestor do PO Açores e outras instituições e organismos a consensualizar. A Sra. Deputada Rosário Águas concordou com a intervenção do Sr. Presidente, considerando ser possível um consenso de modo a dar um programa indicativo que ilustre o objectivo da visita. Acrescentou duvidar que todas as áreas económicas devessem ser alvo da mesma profundidade de análise durante a visita, recordando a recente deslocação da SCT aos Açores, no âmbito da qual esse sector fora alvo de um trabalho intenso. O Sr. Presidente reiterou ser o próprio Plano de Actividades a definir que seria um grupo a preparar a referida visita. O Sr. Deputado Afonso Candal considerou a importância da afirmação da CAEIDR e da própria Assembleia da República na Região Autónoma dos Açores, concordando que os Coordenadores trabalhassem numa proposta de programa. Os restantes GP aceitaram, igualmente, a proposta.

- Recordou ao Presidente da SC Turismo, Sr. Deputado Mendes Bota, da necessidade de ser apresentado o Plano de Actividades dessa Subcomissão, de modo a que a CAEIDR possa enviar o Plano de Actividades global e das duas Subcomissões ao PAR. O Sr. Deputado Mendes Bota deu conta que o Plano de Actividades estava praticamente estabilizado, tendo sido acordado, consensualmente, terminá-lo até à quinta-feira seguinte.

A reunião foi dada por encerrada pelas 17 horas e 15 minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Lisboa, 16 de Janeiro de 2008.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Rui Vieira)